

ARTIGO ORIGINAL

Institucionalização do serviço social português (Estado Novo) e a figura de M^a Leonor Sampaio

Ernesto Candeias Martins¹<https://orcid.org/0000-0003-4841-1215>¹Instituto Politécnico de Castelo Branco (Escola Superior de Educação – Dept^o CSH), Professor Coordenador C/ Agregação, Castelo Branco, Portugal.

Institucionalização do serviço social português (Estado Novo) e a figura de M^a Leonor Sampaio

Resumo: Esta pesquisa de teor histórico-descritivo e hermenêutica aborda a institucionalização da formação serviço social em Portugal, com surgimento de escolas e profissionais na área do social, no período do Estado Novo (de 1928 a 1974), onde inserimos M^a Leonor Sampaio (1915–1996), com as suas intervenções sociais e parlamentárias em organismos estatais e religiosos. Estabelecemos os seguintes objetivos: compreender a institucionalização e evolução do serviço social até 1974; analisar as intervenções parlamentárias de M^a Leonor; conhecer o seu desempenho nas várias instituições inseridas no corporativismo Estado (índole estatista, católico, conservador). Propomos dois pontos de análise: institucionalização e consolidação da formação do serviço social (criação de escolas, significado da profissão); ação social e parlamentar sobre política social, proteção menores, medidas de assistência social às famílias trabalhadoras e vulneráveis, papel da mulher trabalhadora etc. Na reconstrução deste tempo histórico os contributos de M^a Leonor são positivos em prol da profissão serviço social, como trabalho social.

Palavras-chave: assistente social; M^a Leonor Sampaio Botelho; serviço social; Estado novo; política social.

Institutionalization of Portuguese social service (Estado Novo) and figure M^a Leonor Sampaio

Abstract: The historical-descriptive and hermeneutic research addresses the institutionalization of social service training in Portugal, with the emergence of schools and professionals in the social area, during the Estado Novo period (1928 to 1974), where we include M^a Leonor Sampaio (1915-96), with his social and parliamentary interventions in state and religious bodies. We established the following objectives: understand the institutionalization and evolution of social work until 1974; analyze M^a Leonor's parliamentary interventions; know their performance in the various institutions included in the corporatist State (statist, Catholic, conservative nature). We propose 2 points of analysis: institutionalization and consolidation of social service training (creation of schools, meaning of the profession); social and parliamentary action on social policy, protection of minors, social assistance measures for working and vulnerable families, the role of working women, etc. In the reconstruction of this historical time, M^a Leonor's contributions are positive in favor of the social service profession, such as social work.

Keywords: social worker; M^a Leonor Sampaio Botelho; social service; new state; social policy.

Recebido em 05.03.2024. Aprovado em 18.04.2024. Revisado em 02.07.2024.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ideias introdutórias

A institucionalização da formação serviço social em Portugal acompanhou a implementação do serviço social na Europa e no contexto da influência da medicina social com muitas personalidades nas áreas da medicina, sociologia e pedagogia (Silva, 2016). O pedagogo Faria de Vasconcelos (1880–1939), diretor do Instituto de Orientação Profissional (1926–1939), define, em 1921, as funções ‘*enfermeira visitadora*’ e o vínculo dos do serviço social à justiça de menores e, em 1934, aquele Instituto forma observadores de psicologia juvenil e observadores sociais, iniciativas provenientes do higienismo e proteção à infância. Simultaneamente, em 1924, Pacheco de Miranda escreve sobre ‘*Serviço Social*’, no seguimento das ideias preconizadas por Mary Richmond e Richard Cabot (Rodrigues, 2010; Pimentel, 1999).

As políticas sociais na época destinavam-se às situações de desigualdade social, promovendo mecanismos (serviços) que visavam à previdência, bem como ações de carácter social e/ou assistencial às necessidades ou carências das famílias, em especial as mais vulneráveis. Os alcances dessas medidas na 1ª República (1910–1926) ficaram aquém das expectativas, já que foram insuficientes e sem efeitos significativos, dado o contexto de grande turbulência política e de enorme fragilização socioeconómica desse período político (Mouro; Carvalho, 1987). Propunha-se a criação de escolas de serviço social e de profissionais capacitados para intervir. A partir de 1925, há um leque de figuras promotoras de campanhas e ações sociais e programas de assistência técnica (‘serviço social organizado’) e, em 1934, no 1º Congresso da União Nacional (partido único regime salazarista), a Condessa de Rilvas e Bissaya Barreto expressam a urgência da criação de instituições, as quais surgiram de imediato: Instituto de Serviço Social em Lisboa (inaugurado em 1935), Escola Normal Social de Coimbra (administrada pela Junta Metropolitana, em 1937). A instituição do serviço social como formação académica e profissão surgirá no regime autoritário e corporativista do Estado Novo contrário ao intervencionismo público no âmbito social e do modelo de Estado Social presente em países desenvolvidos.

Paralelamente a esta institucionalização do serviço social surgem figuras na assistência social, como M^a Leonor Correia Sampaio Botelho (Castelo Branco – 1915; Lisboa – 1996), que nesse arco histórico do Estado Novo teve uma ação peculiar de intervencionismo. Ela fez a sua formação primária no Colégio de Nossa Senhora dos Inocentes (Santarém), em regime de pensionato, os estudos secundários nos liceus de Santarém (1926–1931) e Castelo Branco (1931–1935) (Matos, 2005). Manifestou sempre uma vocação pelos problemas sociais e proteção às famílias desfavorecidas, pobres e vulneráveis, querendo ser assistente social. Frequenta o curso no Instituto de Serviço Social de Lisboa (1936–1939), onde veio a lecionar e, depois foi bolsista (França, Bélgica, Espanha, Itália), com a pretensão de aprofundar conhecimentos.

A pesquisa, de metodologia histórico-descritiva abrange a institucionalização da formação do serviço social no Estado, em consonância com a figura de M^a Leonor. Recorremos a procedimentos heurísticos a centros arquivísticos/documentais, por exemplo: Arquivo do Cardeal Cerejeira no Patriarcado de Lisboa (Seção do Instituto de Serviço Social); Arquivo do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (documentos no Instituto de Serviço Social); Arquivo Salazar na Torre do Tombo (documentos/monografias do Instituto de Serviço Social, entre 1936–1945); Arquivos Distritais de Castelo Branco, Santarém Cascais; Bibliotecas municipais (Santarém – Colégio Nossa Senhora dos Inocentes e Liceu Sá da Bandeira; Castelo Branco – Arquivo do Liceu Nuno Álvares; Lisboa e António Botto de Abrantes); centro documentação da Assembleia da República (registos das intervenções, entre 1944–1957); acervo monográfico do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada de Lisboa; legislação sobre a política social e assistencial da época; contactos e consulta documental à família de M^a Leonor (2018–2019) etc.

As fontes consultadas permitiram a análise hermenêutica dos dados da época e do percurso de M^a Leonor, abrangendo três momentos políticos: a implementação do Estado Novo salazarista até 1969, tendo por base a Constituição de 1933; o período marcelista até 1974; e a democracia pós 25 de Abril, em que a situação da assistência social às famílias e o apoio às mulheres trabalhadoras em Portugal mudou radicalmente (Carvalho, 1987; Monteiro, 1995). As questões sobre serviço social eram abordadas na Assembleia Nacional, pela ação das organizações estatais, entidades religiosas (União Noelista Portuguesa, Conferências Vicentinas etc.) e organismos internacionais (União Católica Internacional de Serviço Social), que implicava o distanciamento do serviço social da legitimidade conferida pelo Estado.

Estruturámos o texto em dois pontos: o primeiro ponto analisa o surgimento, institucionalização e diversificação do serviço social (criação de escolas e significado da profissão); o segundo remete-nos para

ação social de M^a Leonor e de deputada da União Nacional (1949–1957), discutindo e exigindo medidas de proteção social, relacionadas com a assistência social às famílias, do papel da mulher trabalhadora e política de proteção, inseridas na resposta corporativista (índole estatista, católico, conservador) do Estado. O ‘serviço social’, nesse período político Estado Novo, configurava-se como um agente ao serviço da propaganda e doutrinação de valores, pela divisa ‘Deus, Pátria e Família’. A estratégia do regime era neutralizar as tentativas de agitação social, por parte dos trabalhadores e famílias mais pobres e em exclusão social, em que o ‘serviço social’ se aproximava das várias classes sociais, numa ação conjunta (Estado, Igreja), através de obras sociais, instituições de assistência e de educação (Passarinho, 2008). Na verdade, M^a Leonor dedicou as suas ações e intervenções, nesses desideratos políticos, numa luta pela profissão.

Evolução do Serviço Social: Salazarismo e Marcelismo (1930–1973)

O movimento reformador exigia medidas no âmbito do serviço e assistência social na sociedade e organizações, numa dupla direção: vertente unida à medicina social (higienismo), defendida por médicos, intelectuais e filantropos, que exigiam a formação em serviço social na dependência das faculdades de medicina (Martins, 1999); e outra vertente, apologista da educação moral e religiosa, defensora de um serviço social educativo, associado à educação moral e cívica/social. Esta última enquadrou-se na doutrina do partido único (União Nacional) afeto ao regime salazarista, na base da Constituição de 1933. Ambas as correntes reivindicavam a necessidade de um serviço social com intervenção efetiva nos problemas sociais reais da sociedade, mas prevaleceu a segunda vertente no Estado Novo, com destaque para institucionalização da formação do serviço social com a criação das primeiras escolas de formação. Vejamos as três fases dessa expansão do serviço social no Estado Novo (décadas de 1930–1940, décadas de 1950–1960 e décadas de 1960–1974), coincidentes com o percurso formativo, a ação social e política (deputada) de M^a Leonor Sampaio.

A) Institucionalização da formação Serviço social (décadas de 1930–1940)

Esta fase inicia-se com o contexto político-ideológico e cultural do Estado Novo, a qual implicou o confronto de ideias conservadoras de assistencialismo caritativo (ação das misericórdias) com ideias progressistas (Martins, 1999). É nesse cenário que se enquadra a formação e o exercício profissional do serviço social, no caminho de institucionalização, acompanhando o surgimento dos direitos e ideais da modernidade, em que a ideia de liberdade e fraternidade era colocada de lado, substituída pela raça superior e uma coesão social e moralidade repressiva (Mouro; Carvalho, 1987; Rosa et al., 2000). Assim, em 1935, inaugura-se Instituto de Serviço Social, em Lisboa, em consequência do Congresso da União Nacional, que debateu as teses fundamentais do ‘Novo Estado’, com destaque para o papel da Condessa de Rilvas, adepta da corrente progressista e reformista e coincidente com a criação de instituições de formação em educação social (privadas). Pretendia-se profissionais em serviço social capacitados para ministrar a vertente educativa, já que os processos de socialização cívica constituíam um meio para implementar os fins ideológicos do regime, pela ação política e social, e, daí o surgimento nesse período de organismos estatais (Martins, 1999). Com este intuito vieram assistentes sociais de França para instituir/organizar formação de profissionais, com modelo teórico norteado conceitos positivistas e identificados com doutrina social da Igreja e ciência social de Le Play.

Portanto, o serviço social converteu-se no instrumento de concretização de ideias reformistas impregnadas de ideias teórico-filosóficas e projeto político e, assim a formação era regulada pelo Estado, reconhecendo-se os Institutos de Lisboa e Coimbra, na base de um plano curricular de três anos, certificação do diploma e título profissional de Assistente Social, exclusivo dos diplomados em Serviço Social.

M^a Leonor formou-se no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (1935–1939), num currículo que integrava as dimensões: médico-sanitária, jurídica, filosófica e do serviço social; e os estágios de quatro meses (mais tarde, por meio do Decreto-Lei n^o 36.914, de 14 junho de 1948, os estágios passaram para 12 meses.). A criação desse Instituto esteve dependente da Associação de Serviço Social, mais tarde designada Associação de Cultura e Formação Profissional (alvarás n^o 545, de 17 de outubro de 1935 e n^o 227, de 20 de dezembro de 1941), cuja ‘Orgânica do Instituto de Serviço Social’ daquela Associação indicava a sua

manutenção com a ajuda do Patriarcado de Lisboa (Martins, 1999). Este estabelecimento particular de ensino feminino teve o impulso da vertente religiosa na formação assistentes sociais, estabelecendo no seu projeto educativo a profissionalização do técnico de serviço social. O suporte jurídico-institucional dado pela Associação desenvolveu a área do serviço social na base da doutrina (social) católica e da caridade cristã (Monteiro, 1995; Mouro; Carvalho, 1987).

Entre 1935 e 1944, altura da remodelação plano de estudos daquele Instituto, a mesma era dirigida pela assistente social, Marie Thérèse Lévê, que incutiu o modelo de formação francês na base dum assistencialismo educativo religioso/moral e social. O curso de formação ministrado às assistentes de serviço social é reconhecido pelo Decreto Lei nº 30.135, de 14 de dezembro de 1939, cujo Preâmbulo refere à vertente político-ideológica, estabelecendo os princípios gerais de orientação e coordenação a que não de submeter-se os estabelecimentos de educação para o serviço social, propondo um programa de formação para “dirigentes idóneas e responsáveis” no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e ativas cooperadoras do Estado (República Portuguesa, 1939). Nessa formação subjazia um doutrinário alicerçado nos valores da educação da família, aspetos nacionalistas e corporativistas e a recristianização da sociedade (Monteiro, 1995; Rosa et al., 2000; Silva, 2016).

M^a Leonor foi convidada a lecionar naquele Instituto de 1943–1944 até 1948–1949 (foi membro da direção) acumulando docência no(a): Escola de Auxiliares Sociais de São Pedro de Alcântara (1942–1945 a 1953); Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge (1941–1944); Escola de Auxiliares Sociais de S. Vicente de Paulo (1942–1945); Escola Técnica de Enfermeiras do Instituto Português de Oncologia (1940–1960); Escola de Enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa (1953–55). Foi superintendente e chefou os Serviços Sociais do Instituto de Assistência à Família e da Junta Central das Casas dos Pescadores, em 1957 (Cruz; Pinto, 2004; Matos, 2005).

O mercado de trabalho de recrutamento dos assistentes sociais eram: os serviços públicos assistenciais, hospitais, dispensários, organizações feministas do regime (Obra das Mães pela Educação Nacional, Instituto de Assistência à Família), Juntas de Província e serviços Ministério das Corporações; organizações privadas, empresariais e assistenciais. A intervenção política dos assistentes sociais no salazarismo dá-se na Assembleia Nacional, a partir de 1949, pelas deputadas da União Nacional da Ação Nacional Popular, como M^a Leonor (Cruz; Pinto, 2005).

Estamos numa época de expansão do ensino com a prática do serviço social, no panorama nacional e internacional, em que a coesão social se converteu numa questão pública, a que o Estado salazarista respondia com formas de intervenção (políticas sociais), que exigiam novas especializações mais adequadas, entre as quais a institucionalização do serviço social, de modo a articular-se a ‘ação estatal’ e as formas tradicionais assistência (organizações religiosas, associações filantrópicas), com implicação na formação dos assistentes sociais e nos seus modos de intervir. A profissão do serviço social, reconhecida como uma ‘nova profissão’ passou a ser debatida na Assembleia Nacional (Decreto Lei nº 30.135, de 14 de dezembro de 1939).

Nessa fase de construção (institucionalização) do serviço social no Estado Novo o serviço social se revelou num percurso potenciado e limitado pelas modificações do regime, com o reconhecimento das escolas e uniformização da formação em serviço social na base da doutrina político-ideológica de teor ‘humanista, corporativo e cristão’ (Martins, 2017). Surge, nesse sentido, o projeto de criação dos institutos de serviço social e a sua articulação com a educação (República Portuguesa, 1939), perspetivando uma profissão do ‘social’ na base do modelo médico (higienista) e pedagógico, isto é, como prolongamento auxiliar da ação médica. Ora esse enfoque abrangeu a formação dos assistentes sociais — disciplinas na área das ciências médicas, estágios em instituições médico-assistenciais (Martins, 1999, 2017). Assim, aniquilou-se a conceção do serviço social, delimitada pela expectativa do contributo ideológico do regime para a ‘reforma da educação’, fruto da estratégia de intervenção sustentada no movimento católico da época e baseado na ação moral e educativa.

B) ‘Diversificação’ de políticas do regime (décadas de 50 e 60)

Até a década de 50, configurou-se a institucionalização do serviço social numa complexa articulação dos poderes político-ideológico, religioso e social e com propostas socioculturais e formas de controlo pelo Estado. As diversidades de propostas no serviço social mereceram debates parlamentários, que perspetivava o serviço social como forma de ‘ação social’, de restauração moral e educativa da família e como resposta

assistencial às necessidades das famílias e mulheres trabalhadoras (Rodrigues, 2014; Silva, 2016). Apesar das significativas diferenças materializadas pelos intervenientes, a ação dos agentes qualificava-se no campo da racionalização da assistência caritativa, da legitimação ideológica do regime e da política social que implicou o reconhecimento das escolas privadas (Passarinho, 2008).

Nessa fase de atribuição de identidade ao serviço social, potenciando profissão para âmbito das políticas sociais, de teor corporativo e conservador (Rodrigues, 2010), dá-se alterações, aquando da presença de M^a Leonor na Assembleia Nacional, que obrigaram estratégias de readaptação no plano político, por exemplo: o autoritarismo administrativo, o reforço da organização corporativa onde se integravam as atividades sociais, económicas e culturais, a orientação centralizada. A heterogeneidade de estratégias efetuadas por setores diferenciados dentro do Estado, terá a crescente polarização de orientações incompatíveis, oscilando entre o reforço e/ou ampliação dos mecanismos institucionais e sociopolíticos de regulação e legitimação do regime e, ainda, pela orientação de um modelo de modernização económica (corporativo), com influências das indústrias europeias. Ora essas medidas implicaram a crise e esgotamento do modelo anterior, tornando-se problemática as situações sociais da população, com tensões internas no regime (Braga, 2014; Carvalho, 1987). M^a Leonor manifesta o seu descontentamento por algumas medidas, mas o regime reforça a organização corporativa, no âmbito da previdência social, de acordo com as necessidades da economia e cria organismos/estruturas de controlo e, de modo subsidiário, reorganiza as iniciativas privadas na área da assistência social, na base da intervenção estatal e mobilização dos tradicionais papéis da caridade (Igreja) e da família. As famílias trabalhadoras, vulneráveis e excluídas, recorrentes dos serviços de assistência, incrementaram o conservadorismo assistencialista repressivo, criando-se centros de inquérito assistencial, para distinguir os ‘verdadeiros e falsos necessitados’, coibindo os abusos e evitando a exploração, a mendicidade e esmola e ampliando os albergues distritais, na dependência da polícia (Henríquez, 2001).

Irá surgir na época a formação complementar (pós-graduação) especializada titulada ‘Serviço Social Corporativo’ destinado a preparar os assistentes sociais para harmonizar as relações sociais no trabalho, moralização do trabalhador e da sua família. Além disso, intensificou-se a ação de orientação e auxílio social no trabalho. Não é por acaso que, no ano letivo de 1966–1967, M^a Leonor obtém o diploma de pós-graduação em serviço social, ampliando novos saberes (Cruz; Pinto, 2004). É óbvio que M^a Leonor colaborava na atividade social dos organismos corporativos, de tal modo que foi vice-presidente nacional da União Noelista Portuguesa (dedicada obras sociais, serviços voluntários nos hospitais). Colaborou ativamente na OMEN, dirigiu o primeiro Centro Social do país, em Cascais (1939–1948), que tinha o propósito de estimular a ação educativa junto das famílias, lutou pelo papel da mulher e a relação ‘Mulher-Escola’ e, ainda a educação das futuras gerações femininas, para os deveres maternos, domésticos e sociais (Cruz; Pinto, 2004). Ou seja, a ação social passou a articular-se com a formação espiritual às famílias e inserção na vida (valores cristãos). O regime valorizava os papéis femininos de ‘mãe, esposa e dona-de-casa’.

Este conservadorismo assistencialista expresso pelo regime, vinculado ao Ministério do Interior com a subsecretaria de ‘Saúde e Assistência, que integrava as ‘visitadoras sanitárias’ (reforma Ricardo Jorge com postos de proteção à infância, dispensários de higiene social e serviços de epidemias), norteou-se pelo modelo médico controlando as condições sanitárias da população, através duma vigilância assistencialista e moralizadora às famílias, que originou a necessidade de ‘auxiliares de serviço social’, como trabalhadoras sociais (Martins, 2010). A relevância do modelo médico, proveniente da formação de assistentes sociais e a especialização ‘visitadora escolar’ (relação Ministério da Educação) nos institutos de serviço social, são substituídas ‘visitadoras sanitária’ (previsto no Decreto-Lei n.º 20.376/1931), convertendo-se agentes de serviço social com ação de vigilância no domicílio familiar. Desta maneira, a formação dos auxiliares de serviço social colidia com as ‘visitadoras sanitárias até a regulamentação do ensino de enfermagem, que as unificou num único curso: ‘auxiliares sociais’ (Decreto-Lei n.º 38.884, de 28/08/1952). A formação e inserção profissional destes profissionais, formatados pela política de saúde e assistência da época, caracterizava-se pela não intervenção do Estado, sendo da responsabilidade privada e enquadrado na Direção-Geral de Assistência até 1974.

A meados do séc. XX, o serviço social não se distancia da legitimidade conferida pelo regime, tendo surgido ‘Sindicato Nacional das Assistentes Sociais, Educadoras Familiares e outras Profissionais do Serviço Social’, com alguma adesão de formados (ação sindical como campo de luta política) e uma intervenção política de oposição ao regime com crítica ao corporativismo, intensificada com as campanhas para as eleições presidenciais (1958) e legislativas (1961) (Cova; Pinto, 1997).

O percurso de M^a Leonor fragua-se na ambivalência e caráter tensional da compatibilização entre posições conservadoras e as novas orientações de serviço social, que fizeram surgir contradições no seio do Estado, já que por um lado se queria manter a ordem social tradicional (rural, colonial) e, por outro lado o protecionismo da expansão industrial. É nesse contexto que se desloca a intervenção do serviço social da família (assistentes familiares) para os problemas sociais, que era função dos assistentes sociais. Ou seja, surgem dois tipos de trabalhadores sociais com formação paralela (e duração do curso), mas diferenciados na natureza da sua função, respetivamente à educação da família e aos problemas sociais das pessoas, coletivos e família. Contudo, essa reorganização influiu o seu percurso no serviço social, de índole sociológica, incluindo o pensamento social-cristão (progressista) e as prioridades e exigências do económico (Henríquez, 2001; Rodrigues, 2010).

C) 'Mudanças, Continuidades e Reorientação' (década de 60 até 1974).

Em 1956 dá-se uma revisão da regulamentação pública do plano de formação em serviço social, passando para 4 anos e, em 1961 é reconhecido como curso superior, com inclusão de disciplinas em Ciências Sociais e métodos serviço social (*case work, group work e community work*), sob a influência americana e dos países desenvolvidos democráticos. Profissionalmente o serviço social é influenciado pelos novos enfoques do desenvolvimento humano e social e do surgimento de organismos internacionais. Cria-se nessa época o Serviço de Promoção Social Comunitária e surgem diversos projetos de desenvolvimento local e comunitário, provocados pelo vector industrial e pela relativa abertura social, económica e política do 'marcelismo' (a partir de 1969), associado a ideias contra o conservadorismo e corporativismo do Estado e os movimentos sociais e políticos opositores. Ou seja, houve uma certa modernização das condições sanitárias e proteção social no sentido da 'multiplicação da força laboral' (Martins, 2003), que obrigaram uma reformulação do sistema de previsão junto à assistência e processos de intervenção nas comunidades (Lei n.º 2.115, de 15 de junho de 1962; Decreto Lei n.º 45.266, 23 de setembro de 1963). O estabelecimento das ciências sociais unido ao movimento europeu de crítica ao modelo empírico do reconhecimento científico, originou, em 1962, o Gabinete de Investigações Sociais (depois deu Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), por Adérito Sedas Nunes. Em 1969, as Escolas de Serviço social passam a ser Institutos Superiores alterando os planos curriculares para uma orientação das ciências sociais (Passarinho, 2008).

Efetivamente, as assistentes sociais envolvem-se em organizações associadas aos católicos progressistas, como M^a Leonor, a ações políticas de oposição e resistência e, ainda a partir da organização coletiva sindical até 1973, distanciam-se da legitimidade atribuída pelo regime, afirmando o Serviço social como profissão e aliando-se às lutas dos trabalhadores (Martins, 2017) De facto, a formação e o papel atribuído aos assistentes sociais assumiu um caráter fortemente doutrinário, corporativo e conservador, desenvolvendo a sua atividade no âmbito da política de assistência social corporativa, área hospitalar, dispensários, organismos tutelares educativos e prisionais, sendo o Estado o principal empregador (Sampaio, 1961).

Após 1974, a dinâmica revolucionária e democrática do 25 de Abril, produziu uma reafirmação do serviço social (ação técnica e política), com intervenções inovadoras, processos participativos e movimentos sociais reivindicativos de melhores condições de vida e políticas sociais justas. Daí a profissão do serviço social acompanha o regime democrático e assunção de responsabilidades sociais, por parte do Estado (direitos cívicos, políticos e sociais). No plano formativo e curricular aprofunda-se as influências das correntes do serviço social crítico e radical (movimento de reconceitualização) que questionará a metodologia clássica (tríade: caso, grupo, comunidade) para uma metodologia integrada global e conceção do assistente social como profissional comprometido com as necessidades/interesses das classes excluídas e vulneráveis, convertido em agente de mudança institucional.

M^a Leonor parlamentar (1949–1957) lutando por ações sociais

No início do Estado Novo, o Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco propôs Lei n.º 1.941 (Base XI), de 11 de abril de 1936, criando a Mocidade Portuguesa que foi uma "organização nacional e pré-militar" para desenvolvimento integral da capacidade física, a formação do carácter e a "devoção à Pátria" dos jovens

(Pimentel, 2000) e M^a Leonor, juntamente com a Comissária Nacional, M^a Baptista Guardiola, fez parte desse organismo feminino. Posteriormente, criou-se a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) – Decreto-Lei n.º 26.893, de 15 de agosto de 1936, que assegurava que tanto a escola como a Mocidade Portuguesa, lutassem a favor da moral cristã, bem como a manutenção dos bons costumes no regime (Pimentel, 2007). A intenção do regime era concretizar três objetivos (Cova; Pinto, 1997; Pimentel, 1999): a reeducação das mães e a assistência materno-infantil, com centros sociais e educativos, das semanas da mãe e dos prémios às famílias numerosas; a antecipação da escolaridade, pela educação infantil e cantinas escolares; o prolongamento da escolaridade, pela organização das raparigas na Mocidade Portuguesa. As mulheres envolvidas naquelas organizações pertenciam à pequena elite feminina do regime, surgindo nomes de forma recorrente na direção de outras instituições de assistência na Defesa da Família. Ou seja, a OMEN era uma organização de adesão voluntária, sem caprichos de mobilizar nem enquadrar obrigatoriamente as mulheres (Braga, 2014).

M^a Leonor, mulher ativista pelas causas sociais e assistenciais e pela defesa da mulher na família e no trabalho, colabora naquelas organizações feministas da época, mas sempre manifestando o seu catolicismo, de forma convicta e, por isso foi, durante vinte anos, delegada portuguesa no Bureau da União Católica Internacional do Serviço Social (fundado em 1925, em Milão) (Matos, 2005; Pimentel, 2003). Desempenhou cargos e funções de destaque, tendo sido uma mulher privilegiada dentro da sua esfera social e educativa, chegando, por exemplo, a vice-presidente da União Noelista Portuguesa e responsável do Centro Social de Cascais. É óbvio que o contexto social em que ela se inseria permitia-lhe, uma certa liberdade nas suas funções e ideias e, daí ser membro da secção auxiliar feminina da Cruz Vermelha Portuguesa, da qual recebeu a medalha da Cruz Vermelha de Benemerência (Pimentel, 2007). Chefiou os Serviços Sociais do Instituto de Assistência à Família de 1947–1949, considerando sempre que o serviço social, como profissão, se realizava numa base de conhecimento prático e mútuo com as pessoas (lógica de proximidade), nas suas necessidades e problemas de vária índole, de modo a sedimentar a sua confiança e encontrar soluções (Rodrigues, 2010; Rosa et al., 2000).

Além disso, M^a Leonor como deputada esteve 8 anos na Assembleia Nacional, no período de 1945–57 (Pimentel, 2003), entre as cinco deputadas mulheres, nesse período, mas apenas duas, Virgínia Gersão e M^a Leonor Botelho, são referenciadas no ‘dicionário feminino’ (Castro; Esteves, 2005). As intervenções de M^a Leonor efetuaram-se em duas legislaturas com as respetivas sessões (Braga, 2014).

Na **V Legislatura** (1949–1953), 1.^a Sessão Legislativa (1949–50) não se regista intervenções de M^a Leonor, porque esteve internada no Caramulo com tuberculose (foi visitada por Salazar), durante pelo menos 2 anos (Castro; Esteves, 2005). Na 2.^a Sessão Legislativa (1950–1951), discute “[...] Como mulher que tem uma palavra a dizer”, a proposta de Lei de revisão Constitucional, lamentando não ver o “nome de Deus” nos textos em apreço (Cruz; Pinto, 2004, p. 66). Fez uma defesa acérrima da família e da mulher, apesar de considerar trabalho feminino prejudicial à família, mas admite que “[...] uma vez assente que a mulher tem direito ao trabalho, há que protegê-la”, instando o governo a tomar medidas que impedissem o trabalho noturno das mulheres, melhorias de higiene no trabalho e condições compatíveis com a sua dignidade (Cruz; Pinto, 2004, p. 66). Na 3.^a Sessão Legislativa (1951–1952), M^a Leonor lembra ao Estado que há uma efetiva ausência de políticas para as famílias: “[...] Que objeções de toda a ordem para uma declaração judicial de indignidade paterna! Que dificuldades para obter a inibição do poder paternal” (Cruz; Pinto, 2004, p. 67). Enfatiza o desenvolvimento do serviço social a fim de sujeitarem ao regime jurídico as infrações contra a vida da família. A deputada M^a Leonor discute o projeto de lei relativo ao abono de família, com o objetivo de reduzir a gravidade e frequência do abandono da família (Braga, 2014). Na 4.^a Sessão Legislativa (1952–1953), M^a Leonor discute a proposta da Lei Orgânica do Ultramar salientando as vantagens que se podiam retirar se houvesse um serviço social e, ainda propõe criação de um centro de formação social e uma estrutura completa e sistemática de assistência social para o Ultramar (Cruz; Pinto, 2004). Participa num debate com o deputado Amaral Neto, acerca das habitações económicas para as famílias, a que este alega ser um custo extraordinariamente caro para o Estado, mas M^a Leonor lembra no hemiciclo que as famílias numerosas são as mais prejudicadas e luta por uma política familiar, por um associativismo familiar e pela criação do abono de renda de casa (Pimentel, 2003).

Na **VI Legislatura** (período de 1953–1957) M^a Leonor tem uma grande atividade parlamentar, caracterizada pela lucidez e coragem com que ousa chamar a atenção para situações sociais que achava serem demasiado injustas e que necessitavam ser alteradas (Braga, 2014). Aborda questões ligadas ao serviço social, à mãe, à infância, à família e ao trabalho feminino, mas sobretudo situações causantes de mal-estar familiar (Castro;

Esteves, 2005). Nesse período integra a Comissão do Trabalho, Previdência e Assistência Social. Na 1.^a Sessão Legislativa (1953–1954), M^a Leonor faz várias considerações sobre desemprego e a proteção e assistência aos menores, por exemplo no cinema e espetáculos públicos. Critica o cariz repressivo da lei em vigor, propondo que se dê um maior sentido educativo; dobragem dos filmes; um estímulo e financiamento à produção e exibição de cinema infantojuvenil; criação de cineclubes e casas de espetáculo; classificação do valor educativo e moral dos filmes infantis. Na 2.^a Sessão Legislativa (1954–1955) M^a Leonor discute sobre a proteção à família com deputado A. Almeida Garrett, não poupando críticas ao Estado com “[...] a concessão de sopas e subsídio para épocas de crise [...] aproveitamento profissional dos diminuídos e deficientes físicos” (Cruz; Pinto, 2004, p. 68), já que não evitava o desemprego e falta assistência medicamentosa, baixos salários, a ausência de abono de família a rurais e da habitação. Lembra, ainda, a deputada o ‘porcionismo’, sistema que conduz ao efeito perverso de o serviço social familiar, em que o Estado em vez cumprir com a sua missão de assistência às famílias, passou “[...] assistir aos orçamentos dos hospitais, das instituições, das câmaras municipais... E eu como assistente social e responsabilidades neste sector, leal e fracamente não posso calar o meu desagrado por este estado de coisas” (Cruz; Pinto, 2004, p. 69). Voltou a insurgir-se contra os efeitos do cinema e dos espetáculos nos menores, afirmando (República Portuguesa, 1954, p. 815): “[...] benevolência na atribuição da categoria de «filmes sem classificação especial» àqueles em que a boa ou aceitável tese é comprometida pela insistência ou duração de imagens condenáveis” e, por isso, está “[...] A favor destas crianças e neste campo especial de cinema e espetáculo sobre a publicação do Governo, com o Decreto-Lei n.º 38.964, que tanto interesse mereceu à Assembleia Nacional”. Com a regulamentação à assistência de menores a espetáculos públicos, ela pretendeu resolver o problema de todos os espetáculos para menores, considerando que a “[...] a sua faceta repressiva pretende ser um elemento construtivo para a solução do problema: menores e espetáculos públicos, que constitui parte importantíssima do problema mais vasto que é o problema social das diversões de menores”. Propôs que fossem dadas às comissões de censura dos espetáculos e à Comissão de Literatura e Espetáculos para Menores as condições documentais de análise e desempenho cabal da sua missão, em prol dos menores (Braga, 2014).

Na 3.^a Sessão Legislativa (1955–1956), a intervenção de M^a Leonor cinge-se à discussão da lei de autorização das receitas e despesas para o ano de 1956. Intervindo sobre a crescente morbidade derivada pela tuberculose, exigindo um “plano de ação de emergência” com profilaxia social, equipamento portátil, educação, condições para reintegração de doentes e o seguro social do tuberculoso (Cruz; Pinto, 2004). Aborda, ainda: o estado da demografia e a decrescente natalidade em Portugal, apelando ao contributo da OMEN; a proposta de lei relativa ao Plano de Formação Social e Corporativa; congratula-se com o enquadramento dado pelo diploma ao serviço social, através da inserção desta profissão no trabalho laboral e do serviço social nas zonas rurais, bem como com a sua ação nas Casas do Povo (Cruz; Pinto, 2004). Haverá que destacar a defesa intransigente que faz do papel e da ação do serviço social (República Portuguesa, 1956, p. 1237), por exemplo no debate com o deputado Carlos Moreira que utilizava o termo de “«trabalhador social» em vez de «agente social» não só porque aquela foi aceite internacionalmente, mas também porque a expressão «agente» poderia tornar-se num sentido pouco próprio à função das assistentes e auxiliares sociais”. Na 4.^a Sessão Legislativa (1956–1957), não registamos nenhuma intervenção de M^a Leonor no parlamento, sabendo da reação que causava as suas apelações às questões sociais. Ou seja, tornou-se numa voz incómoda, por vezes referida nas emissões de propaganda da Rádio Moscovo 3, que originou a sua não indicação para as listas da Assembleia na seguinte legislatura (Castro; Esteves, 2005). Foi sempre uma defensora das suas convicções sociais, um bom exemplo desse descontentamento e incomodidade para o regime foi um episódio na Assembleia Nacional onde apresentou as contas da semana de um trabalhador com família e, depois de um caloroso debate com um deputado, pretendeu dar-lhe 25 tostões e questionou-o se conseguia viver com esse valor de um operário.

Algumas ideias a reter

M^a Leonor foi uma assistente social bastante ativa, no período salazarista e marcelista, imbuída com uma conceção afeta ao catolicismo social e adequada à doutrinação corporativista, mas prestigiando a profissão ‘serviço social’, debatendo como deputada os temas sociais, apelando por melhores políticas às famílias vulneráveis e trabalhadoras, defendendo a mulher trabalhadora, a proteção social nos menores, melhores

condições de seguro laboral etc. Aquando do slogan salazarista ‘A Mulher para o lar’, devido ao trabalho das mulheres na reparação/construção de estradas, nos cais marítimos (carregadoras), nas fábricas, etc., ganhando 2/3 do salário do homem e sendo exploradas, M^a Leonor para conhecer melhor essa realidade social fez-se operária de uma fábrica de conservas de peixe em Setúbal — nome fictício de ‘Luísa Beja’, com o objetivo de se inteirar da realidade feminina (operária e mãe) e respetivos problemas de toda a espécie (Matos, 2005). Também se vestia e se arranjava de forma totalmente diferente (fazia tranças no seu cabelo), de tal modo que os pais chegaram a cruzar-se com ela na rua e nem sequer a reconheciam. Perante o cenário social da mulher, M^a Leonor foi defensora do papel da mulher trabalhadora e na família, na base dos direitos da mulher, da sua dignidade e condição na sociedade, como mãe e trabalhadora. Pertenceu a vários organismos da época, onde partilhou com outras mulheres do regime ações de intervenção. A partir de 1958, colabora regularmente com Centro Rural de Escalos de Cima, inaugurada pela OMEN e trabalha, entre 1962–1974 no Banco Nacional Ultramarino (despedimento litigioso através de acórdão com Banco -Processo n.º 5/78 do Tribunal do Trabalho de Lisboa) (Cruz; Pinto, 2004). Após o 25 de Abril dedica-se à Associação de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais de Lisboa (antiga Associação de Pais e Amigos das Crianças Mongoloides). Podemos dizer que essa assistente social contribuiu para a difusão do serviço social, dentro do contexto do salazarismo, lutando pelo profissionalismo da profissão, mas nunca deixando de o fazer no âmbito de um catolicismo progressista, opondo-se, por vezes, às ações políticas do regime, pois considerava o serviço social como uma profissão necessária à implementação das políticas sociais e às mudanças e resolução dos problemas reais.

Referências

- BRAGA, P. D. A educação em debate na Assembleia Nacional portuguesa: o contributo das mulheres deputadas (1945–1957). *Caderno Espaço Feminino*, v. 27, n. 1, p. 1–23, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/issue/view/1174>
- CARVALHO, A. M. H. *Serviço Social no Estado Novo*. Coimbra: Centelha, 1987.
- CASTRO, Z. O. de; ESTEVES, J. (Dir.). *Dicionário no feminino: séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- COVA, A.; PINTO, A. C. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. *Penélope*, n. 17, p. 71–97, 1997.
- CRUZ, M. B. da; PINTO, A. C. (Dir.). *Dicionário biográfico parlamentar 1935-1974, Vol. 1 (A-L)*. Lisboa: Assembleia da República/I.C.S.-ULisboa, 2004.
- CRUZ, M. B. da; PINTO, A. C. *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935 1974. Vol. IV (M-Z)*. Lisboa: Assembleia da República/ICS ULisboa, 2005
- HENRÍQUEZ, B. A. O estado de mal-estar social salazarista e a política social do Estado Novo. *Intervenção Social*, n. 23-24, p. 33–51, 2001.
- INSTITUTO SUPERIOR DE SERVIÇO SOCIAL DE LISBOA. *Assistente Social M^a Leonor Botelho e aluna (1943–1944)* [Documento icónico no Arquivo do ISSS, na Universidade Lusíada de Lisboa]. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 1944.
- MARTINS, A. *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- MARTINS, A. *Investigação em Serviço Social: perspetivas atuais*. *Serviço Social: unidade na diversidade encontro com a identidade profissional*. Lisboa: APSS, 2003.
- MARTINS, A. *Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical*. *Revista Em Pauta (F.S.S. da Univ. do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)*, n. 40, v. 15, p. 40–56, 2017.
- MATOS, J. R. *Apointamentos para a história de Escalos de Cima*. Castelo Branco: Alma Azul, 2005.
- MONTEIRO, A. A formação académica dos assistentes sociais uma retrospectiva crítica de institucionalização do Serviço Social em Portugal. *Intervenção Social*, v. 11-12, p. 43–76, 1995.
- MOURO, H.; CARVALHO, A. *Serviço Social e Estado Novo*. Coimbra: Centelha, 1987.
- PASSARINHO, I. *Assistente Social – percursos e construção identitária*. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação (Lisboa)*, n. 6, p. 21–34, 2008.
- PIMENTEL, I. F. A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social*, v. XXXIV, n. 2/3, p. 477–508, 1999.
- PIMENTEL, I. F. *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates, 2000.
- PIMENTEL, I. F. *Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina*. *Campus Social*, v. 3/4, p. 19–43, 2007.
- PIMENTEL, I. F. *Maria Leonor Correia Sampaio Botelho*. In: NÓVOA, A. (Dir.), *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: Edições ASA, 2003. p. 185–186.
- PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 30.135, de 1939. *Diário do Governo, I série*, 291, de 14 de dezembro de 1939. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939. p. 1403–1405.

PORTUGAL VI Legislatura: Diário das Sessões: Sessão n. 50, de 23 março de 1954. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional, 1954. p. 815.

PORTUGAL. VI Legislatura: Diário das Sessões: Sessão n. 161, de 3 de julho de 1956. Lisboa: Secretaria da Assembleia Nacional, 1956, p. 1237.

RODRIGUES, C. Os deputados assistentes sociais na Assembleia Nacional e na Assembleia da República: principais intervenções parlamentares entre 1949 e 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra: ISMT, 2014.

RODRIGUES, E. V. O Estado e as Políticas Sociais em Portugal. Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, XX, p. 191–230, 2010.

ROSA, M. T. et al. O trabalho social e a profissão de Assistente Social em Portugal. Lisboa: CIES/ISCTE, 2000.

SAMPAIO, M. L. B. O serviço social: salvaguarda dos valores familiares. Cadernos de Serviço Social, Boletim trimestral das trabalhadoras sociais portuguesas, ano 2, n. 5, p. 24–32, jan./fev./mar. 1958.

SAMPAIO, M. L. B. Serviço social comunitário nos meios piscatórios. In: COLÓQUIO NACIONAL DO TRABALHO, DA ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 5., Anais [...]. Lisboa: Publicação da JAS-Junta Central das Casas dos Pescadores, 1961. p. 405–416.

SAMPAIO, M. L. B.; FONSECA, A. C. DA. Assistência à família: princípios e realizações. Boletim da Assistência Social, n. 107–110, p. 103–133, 1952.

SAMPAIO, M. L. B.; FONTES, V. H. M.; SACRAMENTO, M. E. de M. A criança e o livro: aspetos psicológicos, pedagógicos e literários. Lisboa: Livros Horizonte, 1971.

SILVA, T. P. G. R. S. A primeira Escola de Serviço Social em Portugal: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935–1955). Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 2016.

Ernesto Candeias Martins

ernesto@ipcb.pt

Doutor e mestre em Ciências da Educação, respetivamente pela Univ. Illes Balears (Palma de Mallorca – Espanha) e na Universidade Católica Portuguesa. Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa e em Pedagogia/Ciências da Educação pela Universidade Pontifícia de Salamanca/Universidade de Lisboa – FPCE.

Docente no Instituto Politécnico de Castelo Branco/Escola Superior de Educação, (co) coordenador dos Mestrados em Intervenção Social Escolar e Educação Especial e presidente do Conselho Técnico Científico de 2017-2023.

Escola Superior de Educação do IPCB

Rua Professor Faria de Vasconcelos, s/n

Castelo Branco - Portugal

CEP: 6000-262

Agradecimentos

À família de M^a Leonor Sampaio Botelho o acesso aos documentos (espólio privado) e ao Instituto de Serviço Social e outras instituições que foram consultadas e que estão mencionadas no texto.

Agência financiadora

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal) e CeIED; Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Contribuições do autor

O autor é responsável por todas as etapas de elaboração do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Ao ser investigador integrado rege-se pela Carta Ética da investigação do Ceied seguindo os procedimentos e princípios éticos e legais estabelecidos em todas pesquisas que realiza, com aprovação do Comitê de Ética, do qual faz parte como membro.

Consentimento para publicação

O autor consente a publicação do presente manuscrito.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.

Editores Responsáveis

Michelly Laurita Wiese – Editora-chefe
Tânia Regina Krüger – Comissão Editorial